

A HISTÓRIA DE LUTA, ORGANIZAÇÃO E CONQUISTA DA ESCOLA ITINERANTE CHICO MENDES-PR

Dra. Franciele Soares dos Santos  0000-0002-5115-0127
Dra. Suely Aparecida Martins  0000-0002-7876-6634
Me. Fabiana Gonçalves de Souza Claudio  0000-0001-5081-940X
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

RESUMO: Este artigo tem como objetivo compreender e descrever o movimento realizado pelos sujeitos (educadores, educandos, pais e mães) no âmbito da conquista da Escola Itinerante (EI) Chico Mendes, em Quedas do Iguaçu (PR), no contexto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Para tanto, buscou-se entender o processo histórico de organização da EI Chico Mendes no período de 2003 a 2007. As reflexões apresentadas sintetizam parte dos resultados da investigação desenvolvida no programa de pós-graduação em educação. A pesquisa, que tem caráter qualitativo, definiu-se como estudo de caso, com aporte em documentos elaborados pelo MST e entrevistas semiestruturadas com os sujeitos participantes do desenvolvimento e da constituição da EI. Os resultados permitem compreender que o movimento de organização da EI garantiu o processo de escolarização das crianças, no contexto e na realidade das famílias acampadas, definindo-se como marco na história da educação no contexto do MST.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento Sem Terra; Escola Itinerante; Educação do campo.

THE HISTORY OF STRUGGLE, ORGANIZATION, AND CONQUEST OF THE CHICO MENDES (PR) ITINERANT SCHOOL

ABSTRACT: The purpose of this article is to understand and describe the movement carried out by the subjects (educators, students, fathers, and mothers) in the context of the achievement of the Itinerant School (EI) Chico Mendes, in Quedas do Iguaçu (PR), within the context of the Landless Rural Workers Movement (*Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST* –, in Portuguese). To this end, we sought to understand the historical process of the organization of the Chico Mendes IE in the period 2003 to 2007. The reflections presented here synthesize part of the results of the research developed in the post-graduate program in education. The research, which is qualitative in nature, was defined as a case study, based on documents produced by the MST and semi-structured interviews with the subjects who participated in the development and constitution of the EI. The results make it possible to understand that the movement for the organization of the EI guaranteed the process of schooling the children, in the context and reality of the camped families, defining itself as a landmark in the history of education in the context of the MST.

KEYWORDS: Landless Movement; Itinerant School; Field Education.



1 APRESENTAÇÃO

O exercício aqui proposto é apresentar parte dos resultados da pesquisa desenvolvida em nível de pós-graduação¹, a qual teve como objetivo compreender e descrever o movimento realizado pelos sujeitos (educadores, educandos, pais e mães) no âmbito da conquista da Escola Itinerante (EI) Chico Mendes no contexto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no município de Quedas do Iguaçu-PR. O texto aborda questões da luta dos sujeitos Sem Terra do Centro-Oeste do Estado do Paraná, na busca pela consolidação da Escola Itinerante (EI) Chico Mendes.

A EI Chico Mendes foi organizada no contexto da luta pela terra do MST na região Centro-Oeste paranaense, surgindo, inicialmente, na BR-158, no Acampamento denominado José Abílio Santos, entre os municípios de Rio Bonito do Iguaçu e Laranjeiras do Sul; posteriormente, consolidou-se em Quedas do Iguaçu (PR).

Este artigo, desse modo, relata a experiência da EI no estado do Paraná com respaldo nas elaborações do próprio MST e de autores como Camini (2009), Dalmagro (2010), Ribeiro (2010), Bahniuk e Camini (2012), dentre outros, e, sobretudo, nos depoimentos dos sujeitos que participaram da luta para consolidação dessa experiência aprovada e reconhecida legalmente no estado em 2003.

O texto está organizado em três partes: na primeira, apresentam-se os procedimentos metodológicos da pesquisa; na segunda, explana-se o processo de luta do MST pela educação e pela escola do campo, considerando, nesse cenário, a emergência da proposta da EI no Paraná. Em seguida, descreve-se o processo de luta pela constituição da EI Chico Mendes, para tanto, a partir de documentos e depoimentos dos sujeitos (educadores, educandos, pais e mães) envolvidos; na

¹ Trata-se da dissertação de mestrado “A história de luta, organização e conquista da Escola Itinerante Chico Mendes – Pr”, defendida em 2020, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *campus* de Francisco Beltrão (PR).



terceira e última parte, apontam-se algumas considerações sobre a importância da experiência de luta, de organização e de conquista da EI Chico Mendes (PR) para o MST e os Sem Terra.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa tem caráter qualitativo, constituindo-se como um estudo de caso. Além de revisão bibliográfica, baseou-se em documentos e entrevistas semiestruturadas. Foram selecionados materiais e fontes documentais produzidos pelo Setor de Educação do MST relacionados, sobretudo, à EI, tais como os Cadernos e Dossiês elaborados pelo Setor de Educação do Movimento², além de registros fotográficos disponíveis no arquivo da Escola Estadual do Campo Chico Mendes (CECCM) relativas à história da escola no acampamento. O critério de seleção desses documentos considerou a sua relevância para a compreensão da trajetória histórica da proposta educativa e escolar do MST, bem como da experiência da EI no Movimento, de modo particular a da EI Chico Mendes.

As entrevistas foram semiestruturadas e organizadas em quatro eixos temáticos: a organização e a mobilização em torno da construção da escola; os desafios estruturais e pedagógicos; os limites, as tensões e as contradições vividos no processo de constituição e de consolidação da EI Chico Mendes; a contribuição da escola na formação humana e política.

² Dossiê MST Escola: documentos e estudos 1990 – 2001. Caderno de Educação nº13. Como fazemos a escola de educação fundamental. Veranópolis – RS, 2005, p. 1999. Caderno de educação. Educação de jovens e adultos – sempre é tempo de aprender nº11 (2003). Coleção Cadernos da Escola Itinerante. Escola Itinerante do MST: história, projeto e experiências. (2008). História do MST: A gente cultiva a terra e ela cultiva a gente. Construção coletiva do Curso de História ITERRA/UFGS Turma Eduardo Galeano (2016). Coleção Fazendo História nº 04. Ligas Camponesas 1955 – 1964. (1997). Dossiê MST - Documentos de Estudos 1990 – 2001- Caderno de Educação nº 13 Nossa luta é nossa escola: a educação das crianças nos acampamentos e assentamentos (2005).



Foram entrevistados 15 sujeitos que participaram no processo de organização da EI Chico Mendes no período de 2003-2007³, sendo selecionados aqueles que, no período da EI, ocupavam posições diferentes na escola, tais como educadores, educandos, pais e/ou mães (escolheram-se cinco representantes de cada grupo). Promoveu-se, desse modo, um espaço de escuta para os diferentes sujeitos envolvidos no processo, o que contribuiu para a descrição, a compreensão da história da EI Chico Mendes pela ótica seus participantes e para a visibilidade desses sujeitos anônimos, protagonistas dessa história.

No período de realização das entrevistas - entre abril e junho de 2019 -, os participantes tinham escolarização desde nível médio incompleto à pós-graduação. Os educadores estavam na faixa etária de 33 a 47 anos, sendo que todos tinham Ensino Superior e pós-graduação em Educação do Campo. Dos educadores entrevistados que atuaram na experiência da EI, três ainda exercem a função de educador na rede municipal de ensino, quadro residem no Assentamento Celso Furtado e um na cidade de Quedas do Iguaçu, mas anteriormente residia no Assentamento.

Com relação aos sujeitos que eram educandos do período de Acampamento, no momento da entrevista tinham entre 23 e 27 anos, sendo que dois são educadores, um é Auxiliar de Serviços Gerais e dois são estudantes (um cursa graduação na área da Educação do Campo e outro Ciências Econômicas). Sobre o local de moradia, dois residem em Rio Bonito do Iguaçu em área de Assentamento, dois no Assentamento Celso Furtado e um na cidade, em Quedas do Iguaçu.

Sobre o terceiro grupo de entrevistados - os pais e as mães -, quando foram realizadas as entrevistas, tinham entre 43 e 52 anos, sendo que um tem Ensino Médio Incompleto, três Ensino Médio Completo e um graduação e pós-graduação em Educação do Campo. Quanto às profissões, quatro são agricultores e um é

³ Período em que a escola permanece sob organização dos próprios acampados, posterior à 2007 o Estado assume a Rede Estadual de Ensino – Fundamental II. Às séries iniciais, Fundamental I, segue por mais 1 ano sob liderança dos acampados. (MST, 2008).



educador da Rede Municipal de Ensino, todos residentes no Assentamento Celso Furtado.

Os sujeitos dos grupos (educadores, educandos, pais e mães) foram entrevistados individualmente, com a permissão de cada um, de modo a não interferir nos relatos. Posteriormente, as falas foram transcritas e sistematizadas a partir dos temas estruturantes e das categorias empíricas que emergiram: a história de organização e luta; a experiência da EI; as dificuldades estruturais e pedagógicas enfrentadas; o período pós EI, entre outras. As entrevistas e os documentos foram analisados em diálogo com autores da Educação do Campo, tais como Camini (2009), Caldart (2010), Dalmagro (2010), Ribeiro (2010) e Bahniuk e Camini (2012).

3 MST: LUTA POR EDUCAÇÃO E ESCOLA DO CAMPO

As condições objetivas que desencadearam a necessidade da organização do MST se relacionam diretamente com as transformações históricas ocorridas na agricultura brasileira, as quais, por sua vez, provocaram a expulsão de um grande contingente de trabalhadores do campo. A constituição do MST como movimento social popular do campo, ocorreu, portanto, essencialmente por meio da necessidade da luta pela terra. No entanto, diante do perfil de baixa escolarização dos sujeitos Sem Terra e da falta de escolas nos Acampamentos, o Movimento se mobilizou para assumir a escolarização de seus integrantes com vistas à construção de uma “escola diferente”, do e no MST. Por isso, ao ocupar a escola e objetivar a construção de uma “escola diferente”, o MST passou a reescrever a história de educação escolar no campo. Fez isso gestando, ao mesmo tempo, sua proposta educativa e estabelecendo uma relação histórica com a educação e com a escola, o que valida a concepção de Snyders (1981, p. 107-108), de que “[...] a luta pela escola nunca pode estar separada das lutas sociais [...]”.



Dessa forma, é no âmbito da luta pela terra que o MST abriu a discussão em torno da educação da classe trabalhadora. Trata-se de uma educação de viés igualitário, que atendesse às diferenças sociais, culturais e que tivesse sentido “na” e “para” vida dos sujeitos Sem Terra, pois “qualquer educação” não serve aos camponeses. De fato, o Movimento, por meio de suas lutas, denunciava e anunciava a possibilidade de repensar tanto as condições desumanas vivenciadas na cidade e no campo quanto a necessidade de organizar lutas com bandeiras que representassem o acesso a direitos historicamente negados para a classe trabalhadora brasileira, a exemplo do acesso à educação para os povos do campo.

É nesse contexto que se insere a própria concepção de Educação do Campo (EdoC), que é resultado da luta pelo direito à educação e por um projeto político-pedagógico vinculado aos interesses da classe trabalhadora, na diversidade de seus povos. O movimento pela EdoC começou a se materializar a partir da realização da I Conferência Nacional por uma Educação do Campo, em 1998, evento que se constituiu como estratégia e resistência dos povos do campo, a fim de se manterem em seus territórios. Pela primeira vez na história, uma proposta de educação foi formulada por camponeses, sendo uma conquista histórica e “uma novidade histórica”, confirmada nas lutas sociais (CALDART, 2010, p. 108). A proposta da EdoC tem um viés político ao inserir como protagonistas os sujeitos trabalhadores do campo, pois, conforme argumenta Caldart (2010), não é uma educação “para” e nem “com”, mas é uma educação “dos” trabalhadores. A autora continua:

Um do que não é dado, mas que precisa ser construído pelo processo de formação dos sujeitos coletivos, sujeitos que lutam para tomar parte da dinâmica social, para se constituir como sujeitos políticos, capazes de influir na agenda política da sociedade; que representam, nos limites “impostos pelo quadro em que se inserem” (CALDART, 2010, p. 108).

Pensar a EdoC foi um desafio desde o I Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (ENERA), realizado em 1997. O objetivo era pensar em uma educação que não fosse direcionada a uma parcela ou que restringisse a educação dos Sem Terra, mas que englobasse todos os sujeitos do campo, de forma a



vincular as demandas dos trabalhadores à luta pela educação e pela terra, portanto. Para Iurczaki (2007), a EdoC foi uma proposta:

[...] pensada a partir de sua gente, do seu modo de vida e de organização do trabalho, do seu espaço geográfico e de sua organização social, respeitando suas identidades culturais, suas festas e seus conflitos. Em suma, trata-se de uma educação voltada aos interesses e necessidades do trabalhador (IURCZAKI, 2007, p. 70).

No entanto, diante de uma sociedade capitalista, “uma educação a partir de sua gente” constituiu-se em um grande desafio. Historicamente, os povos do campo foram/são vistos sob o olhar da inferioridade, com menos ou sem nenhum direito. Nesse sentimento de desprezo e de exclusão, o campo reagiu confrontando também o modelo capitalista de educação, em prol de “uma educação específica e diferenciada, isto é, alternativo [...] visando a uma humanidade mais plena e feliz.” (FERNANDES; CERIOLI; CALDART, 2005, p. 23).

A escola concebida no bojo da EdoC e no contexto das lutas dos Movimentos Sociais Populares do Campo (MSPsdoC) buscava contrapor e superar a forma escolar capitalista. Logo, surgiu, da necessidade camponesa, uma escola que carregava a proposta de uma educação que faz sentido “na” e “para” vida dos sujeitos do campo, uma “escola do povo, [...] construída a partir da luta do povo” (CLAUDIO, 2017, p. 38).

A escola do campo, conforme pontua Ribeiro (2010, p. 196), busca, entre outros aspectos, a formação integral dos trabalhadores rurais, de modo que tenham competência para enfrentar os desafios da vida contemporânea, que sejam capazes de perceberem criticamente a realidade que os cerca, além de formular alternativas partindo de um projeto que busca a autotransformação do sujeito para alcançar a transformação da sociedade.

É no contexto da EdoC que se insere a proposta do MST da EI, uma escola do inserida nos Acampamentos. Recebeu esse nome por acompanhar a luta dos trabalhadores Sem Terra pelo acesso à terra. As Itinerantes são escolas públicas, aprovadas pelos Conselhos Estaduais de Educação, os quais asseguram a



escolarização dos sujeitos acampados. Essas escolas apresentam características que contrariam o projeto hegemônico de educação vigente. Dentre os vários elementos trabalhados no âmbito da EI, destacam-se a formação humana e a valorização do sujeito. Na ótica de Bahniuk e Camini (2012, p. 334), “[...] isso deve ao fato de estarem localizadas em espaços de luta, em que as contradições se tornam mais evidentes e, queiramos ou não, adentram a escola”.

Dessa forma, discorrer sobre a experiência da EI é falar da vida dos sujeitos que vivem na expectativa de conquistar a terra, é denunciar as condições às quais os sujeitos acampados estão submetidos e é também identificar as possibilidades que surgem nesse contexto.

No Paraná, a experiência da EI já tem uma trajetória considerável⁴, com raízes no contexto da luta pela terra no Rio Grande do Sul (RS), em 1979. Foi considerando a demanda por escolas no Paraná que o MST se mobilizou para formar uma experiência escolar semelhante à que existia no RS. O percurso de luta pela EI teve como marco principal a experiência da escola “Terra e Vida” em frente ao Palácio do Iguaçu. Em sinal de protesto contra a política repressiva do governo Jaime Lerner (1994-2002) aos trabalhadores Sem Terra, a escola⁵ do MST funcionou em um prédio abandonado do governo por 14 dias. Essa experiência foi batizada de “Escola Itinerante”, devido à sua forma e viés itinerante (MST, 2008). Dessa experiência escolar, a demanda por escolas no contexto do Movimento cresceu significativamente em todo o estado. Já que existiam muitos Acampamentos e um número elevado de crianças Sem Terra em idade escolar fora da escola, o MST pressionou o governo a agir.

⁴ Muitos momentos marcaram essa trajetória, iniciada em 1981, quando o MST começou a se organizar. À época, a construção da barragem da usina hidrelétrica de Itaipu desalojou milhares de famílias que não conseguiram mais reaver um pedaço de terra semelhante ao que possuíam. Devido a isso, foram perdendo seus outros bens e “[...] transformando-se em sem-terra o que mobilizou a integrar o Movimento Sem Terra, que estava começando a se organizar naquele Estado [...] Nesta trajetória de luta pela terra do MST no Paraná, foi possível fixar dezesseis mil famílias em cerca de trezentos assentamentos, entre os quais vários apresentam carência de escolas da rede municipal e estadual” (CAMINI, 2009, p. 143).

⁵ Nessa escola, foram desenvolvidas atividades educativas com crianças de dois a seis anos, da primeira à quarta série, e com jovens e adultos (MST, 2008).



O tensionamento das famílias acampadas fez com que o governo paranaense autorizasse a implantação e o funcionamento da experiência da EI, o que ocorreu por meio do Parecer do Conselho Estadual de Educação (CEED) nº 1.012, de dezembro de 2003 (MST, 2008). Com uma administração menos repressiva, o governador Roberto Requião agilizou o processo de aprovação da EI. Um fato que merece destaque, já que contribuiu significativamente para agilizar a aprovação do projeto, foi a inauguração da escola denominada Chico Mendes, em 30 de outubro de 2003, no Acampamento José Abílio dos Santos, localizado no município de Quedas do Iguaçu (PR), contando com 660 educandos e 43 educadores. Esse ato levou à autorização da primeira EI no Paraná, em dezembro do mesmo ano. Na sequência, após a legalização da EI, em 7 de fevereiro de 2004, fundou-se também a EI Zumbi dos Palmares, no Acampamento Dorcelina Folador, município de Cascavel (PR). Essas duas Itinerantes firmaram os primeiros passos da EI na condição de escola pública estadual no Paraná (MST, 2008). Nesse contexto, insere-se a experiência da primeira EI reconhecida legalmente no estado, a EI Chico Mendes, que se constituiu como um marco e uma grande conquista no âmbito da educação do MST.

4 A LUTA PELA CONSTITUIÇÃO DA ESCOLA ITINERANTE CHICO MENDES

Como já destacado, o objetivo deste artigo é compreender e descrever a constituição e a consolidação da EI Chico Mendes a partir da participação dos sujeitos acampados (educadores, educandos, pais e mães). Para tanto, deu-se destaque à voz dos sujeitos da base, aqueles sujeitos reais autores da própria história, pois “[...] isso nos confirma também a necessidade de olhar com particular interesse o movimento social a partir de situações e dos sujeitos que realizam anonimamente a história” (ROCKWELL; EZEPELETA, 2007, p. 133).

Nesse sentido,



Coexiste, contudo, com esta história e existência documentada, outra história e existência, não documentada, através da qual a escola toma forma material, ganha vida. Nesta história, a determinação e presença estatal se entrecruza com as determinações e presenças civis de variadas características. A homogeneidade documentada decompõe-se em múltiplas realidades cotidianas. Nesta história não documentada, nesta dimensão cotidiana, os trabalhadores, os alunos e os pais se apropriam dos subsídios e das prescrições estatais e constroem a escola (ROCKWELL; EZEPELETA, 2007, p. 134).

A EI estabeleceu-se no período de 2003-2007 no município de Quedas do Iguaçu, Região Centro-Oeste do Paraná. As famílias acampadas almejavam a terra, no entanto, havia uma necessidade educacional, haja vista que as escolas no perímetro urbano não comportavam a alta demanda de estudantes existentes no acampamento José Abílio dos Santos, aproximadamente 660 educandos (MST, 2008). Para além desse aspecto, um dos pais entrevistados relata a falta de transporte e a preocupação com os preconceitos que as crianças poderiam sofrer: “[...] A escola que existia na cidade, nossos filhos não podiam frequentar, não tinha transporte. Além do mais, iriam ser “chacotas” na cidade” (Pai, entrevistado em 04/06/2019).

O desejo era uma escola localizada no acampamento, como relata este educador entrevistado: “Tinha-se naquele período a preocupação de que os filhos dos acampados tivessem o direito a escolarização no próprio Acampamento” (Educador 4, entrevistado em 07/05/2019). Esse profissional relata que, inicialmente, o município de Laranjeiras do Sul, que ficava próximo ao Acampamento, assumiu o compromisso de atender à demanda escolar existente naquela localidade.

Me lembro que o município de Laranjeiras assumiu esse processo de escolarização, mas, era dentro do Acampamento. Os professores de Laranjeiras se deslocavam até o Acampamento para trabalhar com os anos iniciais do Ensino Fundamental. Do 5^a a 8^a série e o Ensino Médio, se deslocavam para Laranjeiras do Sul, a prefeitura do município disponibilizou o transporte escolar (Educador 4, entrevistado em 07/05/2019).



A escolarização mediada pelo centro urbano não durou muito tempo, já que destoava do desejo dos acampados de uma escola sintonizada com os sujeitos acampados. O período de quatro meses de Acampamento na BR-158 possibilitou o início da implantação da proposta da EI; entretanto, somente foi efetivada quando o acampamento se deslocou para Quedas do Iguaçu. É importante a afirmação de Caldart (2010, p. 113) de que “O campo é um lugar, seus trabalhadores também têm direito de ter a escola em seu próprio lugar e de serem respeitados quando nela entram [...]”.

Em Quedas do Iguaçu, as estruturas da EI foram construídas pela mobilização das próprias famílias acampadas. Ademais, os educadores eram do próprio Acampamento, permitindo que o trabalho pedagógico fosse diferente da tradicional forma escolar capitalista. Os conteúdos, nessa perspectiva, estavam relacionados à realidade dos acampados, auxiliando as crianças a entenderem o sentido de vivenciarem aquele processo. Buscou-se construir uma escola que valorizasse a história de luta das famílias, ensinando a ler e a escrever a partir da realidade dos acampados. Um dos educadores entrevistados relata: “Era nosso dever ensinar, explicar aos educandos do porquê eles estarem num acampamento, se não, não teria sentido, não explicar aquele contexto de luta” (Educador 1, entrevistado em 24/04/2019). Sapelli (2015, p. 350-351) reforça a importância do posicionamento político e de resistência como características das EI, pois “[...] a inserção da escola em contexto de luta organizada expressa que outra educação é possível, porém, não sem aliar, proposta pedagógica, compromisso político e luta”.

Para a efetivação da EI, houve a organização de estudos para refletir como se daria o processo escolar, como menciona este outro educador:

Eram realizadas discussões semanais de como seria a escola, qual seria o projeto pedagógico, quais seriam os educadores que estariam fazendo parte do coletivo (Educador 3, entrevistado em 07/05/2019).

Os integrantes (educadores, lideranças do setor de educação do Acampamento) debatiam a proposta da escola itinerante orientados pelo Setor de



Educação do MST. Temas relacionados à EI, à luta pela terra e à educação no MST faziam parte dos processos formativos que se direcionavam para uma proposta educativa aliada à luta política pela terra, à reforma agrária e à construção de uma escola diferente da escola tradicional capitalista.

Essa proposta pedagógica era, em grande medida, uma novidade para os acampados. Em virtude disso, explicou-se aos pais e mães como seria essa escola que se anunciava diferente. De acordo com o MST (2005, p. 32), “a escola deve ensinar a ler, escrever e calcular a realidade”. Entre outras questões do ensino-aprendizagem, a escola do MST buscava um espaço que:

Mostre a realidade do POVO TRABALHADOR, da roça e da cidade. Mostre o porquê de toda exploração, o sofrimento e a miséria da maioria. Mostre o porquê do enriquecimento de alguns. Mostre o caminho de como transformar a sociedade. Além de ESTUDAR tudo isso, os professores e alunos devem PARTICIPAR das lutas dos Movimentos Populares e Sindicais. Que pense como deve funcionar a nova sociedade que os trabalhadores estão construindo (MST, 2005, p. 32).

Conforme o relato disponível no caderno do MST (2005), a EI, em sua proposta pedagógica, almejava mais do que somente ensinar a ler e escrever. Essa perspectiva encontra-se presente no relato de um educador entrevistado:

[...] e a escola que nós estávamos construindo com todas as dificuldades possuíam um caráter diferente, ela não queria ser apenas mais uma escola igual a que estava na cidade, nós queríamos uma escola que olhasse para o povo menos favorecido, que não fizesse distinção entre os sujeitos, sobretudo uma escola que trabalhasse as várias dimensões dos seus sujeitos e que olhasse de forma ampla para sociedade visando sua transformação (Educador 1, entrevistado em 24/04/2019).

A aceitação pelas famílias acampadas foi se constituindo por meio de estudos e reuniões entre as lideranças e as famílias. Assim, a proposta da EI foi ganhando forma e aceitação da comunidade, como relata um dos pais:

[...] No começo nós não tínhamos nem ideia do que era a EI, ninguém sabia direito como era, depois foi aprofundado, foi feito um estudo do que seria, como seria e assim foi acontecendo, todos foram interagindo e sabendo o



que era, o que significava aquela escola que diziam que se tratava de uma escola diferente da escola que já existia na cidade (Pai 1, entrevistado em 04/06/2019).

O parecer favorável dos pais com relação à escola no Acampamento não se limitou na aceitação da proposta escolar, mas resultou na efetivação da EI. A participação ativa de pais e mães na fase inicial das decisões foi fundamental para consolidação da proposta itinerante.

A fotografia a seguir representa o primeiro espaço escolar organizado pelas famílias acampadas, que construíram extensos barracões de lona para atender à demanda de estudantes.

Fotografia 1: Escola Itinerante (2003) – 1ª estrutura física escolar – Quedas do Iguaçu PR



Fonte: Arquivo do CECCM.

As EIs foram construídas de acordo com as possibilidades das famílias acampadas. Como se observa na fotografia, as estruturas da escola foram feitas de lona, em chão batido, com o mesmo formato dos barracos das famílias. Como os assentados não dispunham de muitos recursos, usaram aquilo que estava à sua disposição: lonas, que foram doadas, e varas de eucaliptos existentes no interior do Acampamento.



De acordo com o relato dos entrevistados, foram os pais que se mobilizaram para construir a primeira estrutura da escola; mesmo sem recursos econômicos, tornaram-na uma realidade.

Os recursos que nós tínhamos era vara de eucalipto e lona [...] Cada grupo se organizou e fez um barracão de lona, cada barracão era uma sala de aula (Pai 1, entrevistado em 04/06/2019).

Me lembro, as estruturas tinham uns janelões que precisavam ser enroladas diariamente as lonas para cima [...] (Educando 5, entrevistado em 21/05/2019).

Em outubro de 2003, foi inaugurada⁶ a EI Chico Mendes no Acampamento José Abílio dos Santos, contando com a presença de várias autoridades. Esse ato solene demonstrou a seriedade e o compromisso da proposta. No âmbito do movimento pela escola, os acampados estavam sendo notados, e isso gerava mais vontade de seguir lutando pela aprovação da EI no Paraná. Com a oficialização da escola, a proposta precisava ser aperfeiçoada, tanto física quanto pedagogicamente, como narra este educador:

[...] para além da necessidade de nos estruturar pedagogicamente, nós também precisávamos providenciar equipamentos, precisava de materiais, [...] O patrimônio da escola eram, poucos armários conseguidos de doações. A maior parte do que tinha na escola era feito de madeira pela comunidade acampada (Educador 4, entrevistado em 07/05/2019).

Ainda com inúmeros limites, a EI demonstrou que não se tratava de brincadeira, mas de uma necessidade constatada pelo Governo Estadual. O movimento de transição e de organização para o novo Acampamento em Quedas do Iguaçu (2003) comprometeu o ano letivo dos educandos, no entanto, isso não foi motivo de abandono e de esquecimento da escola. Com base nos documentos do Movimento, observa-se que

⁶ Quando aconteceu a inauguração da escola “Chico Mendes”, em Quedas do Iguaçu, em 30 de outubro de 2003, outras escolas funcionavam em três Acampamentos: no Acampamento Segunda Conquista, em Espigão Alto Iguaçu; no Acampamento Dorcelina Folador, em Cascavel; e no Acampamento 1º de Maio, em General Carneiro (KNOPF, 2013).



[...] as aulas iniciaram, em novembro de 2003, com nove turmas do 1º ao 2º ciclo⁷. [...] no desejo de recuperar o tempo perdido, após a inauguração da escola, trabalhou-se intensivamente com as crianças. Ao mesmo tempo, o coletivo de educadores começou também a planejar as atividades para o ano seguinte (MST, 2008, p. 43).

Em 9 de dezembro de 2003, a EI foi oficialmente legalizada pelo Conselho Estadual de Educação do Paraná como experiência pedagógica por dois anos, um período de avaliação da primeira experiência itinerante legalizada no Paraná (MST, 2008). Em fevereiro de 2004, com a legalização da escola, iniciaram-se as matrículas dos estudantes. O setor de educação do Acampamento mobilizou-se para que todos (crianças, jovens e adultos) pudessem ter a oportunidade de ser escolarizadas onde viviam.

O elevado número de estudantes⁸ exigiu estruturas que comportassem todos os educandos, pois aquelas construídas na fase inicial da EI já não eram suficientes. A segunda fase da estrutura física da escola contou, novamente, com a contribuição e a participação das famílias acampadas, como relata este pai:

Foram “desdobradas”, cortado madeiras, então começamos a construir as salas de aula de madeira, de chão batido mas de tábua, costaneiras ao redor e coberta com “Eternit”. Cada brigada se encarregou de fazer uma sala ou duas (Pai 1, entrevistado em 04/06/2019).

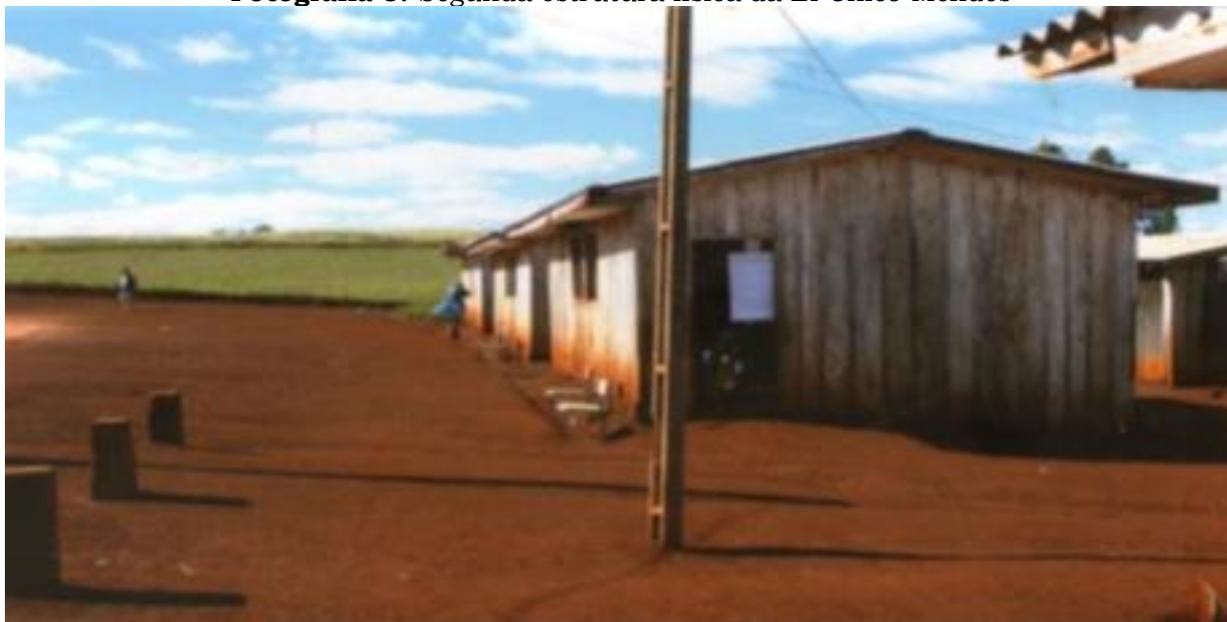
A fotografia a seguir demonstra as estruturas mais organizadas. Nessa segunda fase estrutural, as famílias construíram as salas de aula de madeira e com telhas de fibrocimento, o que amenizava as ações intempéries.

⁷ O 1º e o 2º ciclos compreendem os anos iniciais do Ensino Fundamental.

⁸ A EI Chico Mendes era composta de um número significativo de educandos, aproximadamente 660 educandos (MST, 2008).



Fotografia 3: Segunda estrutura física da EI Chico Mendes



Fonte: Arquivo do CECCM.

A EI permaneceu nas estruturas de madeira por aproximadamente seis anos. Posteriormente, as atividades foram transferidas para outra estrutura cedida pela comunidade (CLAUDIO, 2017).

No segundo semestre de 2005, a EI gerou preocupações e discussões das famílias e do Setor de Educação. O Acampamento, como um espaço de luta e resistência na luta pelo direito a terra e que busca pressionar o Estado na realização da reforma Agrária, iniciou o processo de transição para o Assentamento, acompanhado de uma fase diferente, em que a terra já está 'conquistada', e do desafio de se organizar uma nova comunidade (CALDART, 2004). Esse processo impactou a EI. A partir de então, visto que as famílias foram para suas propriedades, a escola que outrora fora centralizada foi desmembrada, com cada comunidade assumindo a responsabilidade correspondente aos anos iniciais do Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano). Essa divisão gerou 10 pequenas escolas, uma em cada comunidade constituída no Assentamento.



Nesse contexto, o ano de 2006 foi de organização e de adaptação a uma nova forma de convivência e de organização escolar. O Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano) foi descentralizado, sendo organizado nas Comunidades do então Assentamento.

Em 2007, a Secretaria de Estado de Educação assumiu e integrou à Rede Estadual de Ensino os educandos de sua competência. A escola foi autorizada a funcionar por meio da Resolução nº 1.555/07 (SEED/PR, 2007), publicada no Diário Oficial nº 7.443, em 3 de abril de 2007.

Os educandos da Rede Municipal de Ensino, em um primeiro momento, não obtiveram o mesmo êxito. O município alegou não ter condições econômicas para assumir às escolas que estavam distribuídas nas 10 comunidades⁹. Essas continuariam por mais um ano na condição de Itinerantes, sendo assumidas pelo município, e no ano seguinte, pela Rede Estadual de Ensino. Entre as lutas e as conquistas obtidas em 2007 e 2008, encerrou-se o ciclo da experiência da EI Chico Mendes com o título de primeira experiência itinerante aprovada e reconhecida legalmente no Estado do Paraná.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se com este texto apresentar o processo de luta, de organização, de conquista e de protagonismo da EI Chico Mendes, com destaque à ação dos Sem Terra, sujeitos reais em condições reais de vida.

Inseridos no contexto da luta pela terra, os Sem Terra entenderam a necessidade de outra luta, possibilitar uma escola do povo Sem Terra. Em vista

⁹ Bom Jesus: Escola Rural Municipal Janete Santos; Nossa Senhora Aparecida: Escola Rural Municipal Bela Vista; Dez de maio: Escola Rural Municipal Luiz Carlos Prestes; Palmital: Escola Rural Municipal Construindo o Futuro; Novo Esperança: Escola Rural Municipal Vagner López; Campo Novo: Escola Rural Municipal Antônio Rodrigues da Silva; Orgânica: Escola Rural Municipal Sementes do Amanhã; Renascer: Escola Rural Municipal Roseli Nunes; Doze de Julho: Escola Rural Municipal Doze de Julho; Nova União: Escola Rural Municipal Cleuza López Bueno (MST, 2008).



disso, assumiu a escolarização de seus sujeitos com vistas à construção de uma “escola diferente”, do e no MST.

Ao objetivar a construção de uma “escola diferente”, o MST passou a reescrever a história de educação escolar no campo. Fez isso gestando, ao mesmo tempo, a sua proposta educativa e estabelecendo uma relação histórica com a educação e com a escola do povo Sem Terra.

As reflexões realizadas permitem asseverar que, ao longo de sua trajetória, o MST gestou a sua proposta educativa articulada à luta social, imprimindo a marca de classe na educação desde o momento que se fez porta-voz da reivindicação de uma educação a favor dos oprimidos.

A história da EI Chico Mendes, apresentada neste texto por meio dos depoimentos dos sujeitos (educadores, educandos, pais e mães), demonstra a luta cotidiana dos sujeitos acampados para a conquista da escola, no sentido de garantir a educação pública para os Sem Terra. Não há dúvidas que o movimento para a consolidação da EI Chico Mendes foi um marco e uma conquista importante no contexto do MST no Paraná. Assim, é possível afirmar que não foram somente os educandos que ganharam com a escola, mas cada família batalhou para que seus filhos não precisassem se deslocar para fora da comunidade e percorrer algumas horas até chegar à escola. Os estudantes passaram a estudar na própria comunidade, sobretudo, em uma escola que buscava trabalhar princípios da realidade e da cultura do povo Sem Terra.

REFERÊNCIAS

BAHNIUK, C.; CAMINI, I. Escola Itinerante. *In*: PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (ORG.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: EPSJV/Expressão Popular, 2012. p.333-339.

CALDART, R. Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. *In*: MOLINA, M. (ORG.). **Educação do Campo e Pesquisa II: questões para reflexão**. Brasília: MDA/MEC, 2010, p. 35 - 64.



CALDART, R. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CAMINI, I. **Escola Itinerante dos acampamentos do MST**: um contraponto à escola capitalista. 2008, Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

DALMAGRO, S. L. **A Escola no contexto das lutas do MST**. 2010. 235 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

MST. Como fazemos a escola de educação fundamental. *In*: MST. **Dossiê MST Escola**: documentos e estudos 1990 – 2001. Veranópolis, RS: ITERRA, 2005. n. 13. p. 199-232. (Caderno de Educação).

MST. **Escola Itinerante do MST**: história, projeto e experiências. – MST. Curitiba: MST, 2008. v. 8. n. 1. (Cadernos da Escola Itinerante).

CLAUDIO, F. G. **Colégio Estadual do Campo Chico Mendes**: uma análise de sua trajetória histórica no âmbito da luta pelo direito à educação escolar. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Laranjeiras do Sul, 2017.

FERNANDES, B. M.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. “Primeira Conferência Nacional ‘Por uma educação básica do campo’: texto preparatório”. *In*: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

IURCZAKI, A. **Escola itinerante: uma experiência de educação do campo no MST**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2007.

RIBEIRO, M. **Movimento Camponês, trabalho, educação. liberdade, autonomia, emancipação como princípios/fins da formação humana**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

ROCKWELL, E.; EZPELETA, J. A escola: relato de um processo inacabado de construção. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 7, n. 2, p. 131-147, jul./dez. 2007. Disponível em:

<https://www.curriculosemfronteiras.org/vol7iss2articles/rockwell-ezpeleta.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2017.



SAPELLI, M. L. Escola Itinerante: uma história ocultada, forjada no contexto da luta de classes no Paraná. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n° 61, p. 333-354, mar. 2015. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640531/8090>. Acesso em: 05 ago. 2017.

SNYDERS, G. **Escola, classes e luta de classes**. 2. ed. Blumenau: Moraes, 1981.

Recebido em: 06-10-2020

Aceito em: 26-09-2022

